Ações para conter a recessão

Anúncios federais somam mais de R\$ 700 bilhões para atenuar impacto da quarentena, mas especialistas projetam crise

FERNANDO SOARES

fernando.soares@zerohora.com.br

O agravamento da pandemia de coronavírus no Brasil e a paralisação das atividades motivaram o governo federal a anunciar medidas de estímulo à economia, seja por meio de aumento de gastos públicos, liberação de linhas de crédito ou antecipação de recursos. Mas economistas avaliam que o país dificilmente escapará da recessão e do aumento do desemprego.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, estima que, entre decisões já divulgadas e novos pacotes, mais de R\$ 700 bilhões devem ser injetados na economia nos próximos três meses. O pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcel Balassiano entende que o conjunto de medidas está no caminho correto, mas acha difícil medir sua efetividade:

– É uma crise de saúde com efeitos na economia, muito diferente das outras que eram somente econômicas. A cada dia, são anunciadas novas medidas, mas não dá para saber se é suficiente porque não sabemos a magnitude do problema.

Atenuantes

A criação de um auxílio de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais e de uma linha de crédito com baixo custo para empresas pagarem funcionários, duas das principais propostas aprovadas até agora, ajudam a atenuar a perda de renda e a segurar empregos, mas não devem ser suficientes. É a percepção do professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) Simão Silber:

– O mundo parou, caíram a oferta e a demanda. O grande estorvo é a pandemia. Quanto mais rápido acabar, mais fácil será a retomada. Por isso, a importância de achar a curva (*dos contágios*) – explica.

Na avaliação do professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Gustavo Inácio de Moraes, a injeção de R\$ 1,2 trilhão em liquidez no sistema financeiro é uma das medidas mais acertadas. No entanto, mesmo após o fim da pandemia, Moraes pondera que a retomada não será imediata.

– Antes de saírem comprando e reativarem a economia, as pessoas vão se perguntar se ainda terão emprego ali na frente – analisa.

As principais medidas

	O QUE É	PARA QUEM	EFEITO DESEJADO	SITUAÇÃO
ANTECIPAÇÃO DO ABOÑO SALARIAL	O pagamento do abono salarial do PIS – para trabalhadores da iniciativa privada – e do Papep – para quem atua no setor público – referente ao ano-calendário 2019 deverá ser todo concentrado em junho. Habitualmente, o governo federal escalona o pagamento ao longo de um ano	O benefício é pago a quem teve renda de até dois salários mínimos por mês, está inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e trabalhou com carteira assinada por, no mínimo, 30 dias no ano anterior	O objetivo é colocar R\$ 12,8 bilhões nas mãos dos trabalhadores de baixa renda, garantindo o recurso em um momento de queda na renda de muitas famílias	Aguarda publicação de decreto presidencial
ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO	O pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas será antecipado. O desembolso da primeira parcela ocorrerá entre 24 de abril e 5 de maio e o da segunda parte será realizado entre 25 de maio e 5 de junho. Normalmente, o benefício tem suas parcelas pagas entre agosto e setembro e novembro e dezembro	Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Com a medida, o governo federal espera injetar R\$ 23 bilhões na economia	Em vigor
AUMENTO DA LIQUIDEZ NO SISTEMA FINANCEIRO	Pacote de medidas que prevê, entre outras coisas, liberação adicional de R\$ 68 bilhões em depósitos compulsórios dos bancos, estudo de permissão de empréstimo do Banco Central com lastro em letras financeiras de carteiras de crédito securitizadas, recompra provisória de títulos de dívida externa e empréstimos com lastro em títulos de dívidas corporativas	Instituições financeiras	Aumentar a oferta de crédito no mercado, liberando R\$ 1,2 trilhão em liquidez na economia brasileira	As medidas devem ser implementadas gradativamente nos próximos meses
CRÉDITO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS	Criação de linha de crédito para que empresas paguem os salários dos funcionários por dois meses. O financiamento tem juro de 3,75% ao ano (atual patamar da Selic), seis meses de carência e 36 meses para quitação	Micro e pequenas empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões	Dar fôlego ao caixa das empresas e garantir a manutenção de 12 milhões de empregos, segundo o Banco Central. As empresas que buscarem o recurso não poderão demitir funcionários por dois meses. O valor desembolsado na iniciativa chegará a R\$ 40 bilhões	Aguarda criação de medida provisória para ser implementada
PARCELAMENTO DO FGTS	As empresas poderão interromper o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores em março, abril e maio. Empregadores domésticos também estão contemplados pela medida. O valor devido poderá ser pago posteriormente, com possibilidade de parcelamento em até seis vezes	Empresas e empregadores domésticos. Para adiar o pagamento, é preciso informar o governo via eSocial até o dia 7 de cada mês para que não incida multa sobre o valor atrasado	Dar fôlego ao caixa das empresas afetadas pela paralisação da atividade econômica	Em vigor
PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS	O Conselho Monetário Nacional (CMN) deu aval para que os maiores bancos do país prorroguem por até 60 dias o prazo para pagamento de empréstimos e parcelas de financiamento imobiliário. A medida contempla operações de crédito realizadas em Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander	Pessoas físicas e jurídicas com empréstimos e financiamentos obtidos através dos cinco bancos. O cliente deve entrar em contato com o banco para renegociar o prazo de vencimento. O valor total do financiamento poderá ser recalculado pela instituição financeira	Garantir maior fôlego financeiro no orçamento das famílias e no caixa das empresas para atravessar o momento de paralisação da atividade econômica e de queda na renda	Em vigor
PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS	As empresas incluídas no Simples Nacional podem postergar o pagamento dos impostos federais. As guias referentes aos meses de março, abril e maio de 2020 poderão ser quitadas em outubro, novembro e dezembro, respectivamente.	Microempreendedores individuais (MEI) e empresas do Simples Nacional	Dar fôlego ao caixa das empresas afetadas pela paralisação da atividade econômica	Em vigor
REFORÇO NO BOLSA FAMÍLIA	Ampliação dos recursos direcionados ao Bolsa Família para garantir a inclusão de mais 1,2 milhão de famílias no programa. Com isso, o número de beneficiários chegará a 14,29 milhões em todo o país	Famílias em situação de extrema pobreza (com renda per capita de até R\$ 89 mensais) e de pobreza (renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178 mensais). Seriam contempladas parte das famílias que aguardam na fila do programa, hoje estimada em 1,7 milhão de famílias	Atender aos pedidos represados para ingresso no Bolsa Família e garantir uma fonte de recursos para famílias abaixo da linha da pobreza. Para isso, serão injetados R\$ 3 bilhões no orçamento do programa	Em vigor
RENDA BÁSICA PARA TRABALHADORES INFORMAIS	Criação de uma renda temporária de R\$ 600 mensais durante três meses para trabalhadores informais, desempregados, autônomos e microempreendedores individuais (MEI) de baixa renda. Mães que são chefe de família poderão receber duas cotas, totalizando R\$ 1,2 mil	Pessoas maiores de 18 anos de idade, sem emprego formal e que não recebem benefícios previdenciários ou assistenciais, seguro-desemprego ou renda de outros programas federais, exceto o Bolsa Família. Além disso, para se enquadrar, é necessário que a renda familiar mensal seja de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por pessoa ou de até três salários mínimos para toda a família (R\$ 3.135,00). Também é necessário ter recebido rendimentos tributáveis abaixo de R\$ 28.559,70 em 2018	Garantir uma renda mínima para camadas da população economicamente ativa mais vulneráveis aos impactos econômicos gerados pela pandemia de coronavírus. A estimativa é de que sejam desembolsados R\$ 45 bilhões pelo governo	O projeto que cria o benefício foi aprovado no Congresso e aguarda sanção do presidente da República
SUSPENSÃO DO CONTRATO E REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO	Empresas poderão suspender temporariamente os contratos dos trabalhadores ou reduzir a jornada de trabalho, mediante negociação entre as partes. Inicialmente, o governo federal chegou a cogitar a possibilidade de suspensão do vínculo por até quatro meses, mas voltou atrás	Os detalhes da medida devem ser divulgados nos próximos dias. O governo analisa a ideia de que o trabalhador possa receber parte do seguro-desemprego enquanto tiver redução da renda	Evitar que as empresas afetadas pela paralisação na produção demitam funcionários	Aguarda medida provisória para ser implementada